



## MOÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

O **Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná**, instância máxima de deliberação da UFPR, reunido em Sessão Ordinária aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2017, aprova a seguinte moção:

A Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a mais antiga do país, atenta ao seu papel de produzir saberes, formar gerações e intervir criticamente na sociedade que a mantém, vem publicamente, em vista dos eventos políticos e institucionais que acometem o Brasil, conclamar para a defesa de valores verdadeiramente republicanos e democráticos que devem orientar a condução de nosso país.

- 1) Num regime democrático e republicano, qualquer cidadão ou cidadã deve se submeter e usufruir dos mesmos direitos e garantias que qualquer outro(a), inclusive o direito à presunção de inocência e ao devido processo legal, sendo inadmissível que alguém, independentemente de sua posição econômica ou de poder, tenha tratamento privilegiado;
- 2) Num regime democrático e republicano, os agentes públicos – com mandato, no exercício da jurisdição ou no funcionalismo em geral – têm o dever de zelar pelas instituições e pelas regras que as presidem, sob pena de terem esgarçada sua legitimidade, com efeitos institucionais deletérios para o país;
- 3) Num regime democrático e republicano, os nossos dirigentes devem agir com ética cidadã, moralidade e com respeito às regras jurídicas de modo exemplar, ao mesmo tempo em que, quando violarem o Direito, devem ser investigados, processados e, sendo o caso, punidos como qualquer cidadão comum, sem quaisquer benefícios e privilégios.
- 4) Num regime democrático e republicano, devem ser ativas e efetivas as condições para que sejam afastados do poder os agentes políticos que violarem o Direito ou perderem as condições morais de conduzir o governo;
- 5) Num regime democrático e republicano, o maior valor político (inclusive previsto na Constituição Brasileira) é o de que o poder emana do povo e deve ser exercido em seu nome, sendo certo que se afastar dessa premissa torna o país menos democrático;
- 6) Num regime democrático e republicano, corruptores e corruptos, sejam agentes públicos ou empresários, grandes ou pequenos, situacionistas ou oposicionistas, devem ser submetidos aos mesmos rigores da lei, sem diferenciações casuístas;
- 7) Num regime democrático e republicano deve existir imprensa igualmente democrática e republicana, que aja com lisura e ciosa de sua função pública, sendo condenável o seu comprometimento com interesses estritamente econômicos ou de poder;
- 8) Num regime democrático e republicano, é fundamental ser zeloso com o patrimônio dos direitos historicamente conquistados e acumulados, sendo por isso recomendável, da parte de qualquer agente político, não pautar sua redução ou revogação, ou qualquer outra reforma institucional estruturante, em momentos de grave crise de credibilidade daqueles



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

que seriam justamente os encarregados de votar ou sancionar a alteração desses direitos ou instituições;

9) Num regime democrático e republicano, a educação pública superior deve ser considerada prioridade absoluta da nação, parte de seu projeto fundamental, meio privilegiado do desenvolvimento e do crescimento civilizacional e jamais ser rebaixada a mera “despesa”, cortando-se o seu financiamento ao ponto dramático de ameaçar de paralisação do funcionamento de atividades universitárias, comprometendo com isso as condições de produção da ciência e da tecnologia nacional e a formação das gerações futuras.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2017.

**Ricardo Marcelo Fonseca**  
**Presidente do Conselho Universitário**